

Luís Guilherme Soares Maziero

**PRECEDENTES
JUDICIAIS
OBRIGATÓRIOS**

**À Luz da Teoria
Pura do Direito**

Curitiba
Juruá Editora
2019

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-8805-5

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900

Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –

Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Maziero, Luís Guilherme Soares.

M476 Precedentes judiciais obrigatórios: à luz da teoria pura do direito / Luís Guilherme Soares Maziero – Curitiba: Juruá, 2019. 218 p.

1. Precedentes judiciais. 2. Direito - Teoria. I. Título.

CDD 340.1 (22.ed)

CDU 340

00063

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

1150538

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	21
INTRODUÇÃO	23
1 – CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015: AFINAL, O QUE MUDOU?	27
1.1 ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	27
1.2 ALGUMAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS	30
1.2.1 Precedentes Judiciais e o Novo Papel Atribuído à Jurisprudência no Processo Civil Brasileiro	30
1.2.2 O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.....	35
1.2.3 A Ampliação da Utilização do Procedimento da Reclamação.....	38
1.2.4 Limites Recursais Estabelecidos Pela Lei 13.256/2016 e a Impossibilidade de Acesso aos Tribunais Superiores	39
2 – COMPREENDENDO O SUBSISTEMA JURÍDICO <i>COMMON LAW</i>	43
2.1 O QUE SÃO AS ORDENS JURÍDICO-POLÍTICAS?	43
2.2 A ORIGEM DA ORDEM JURÍDICO-POLÍTICA OCIDENTAL	45
2.3 O SUBSISTEMA JURÍDICO <i>COMMON LAW</i> : O INÍCIO DA HISTÓRIA	51
2.3.1 O Período Anglo-Saxônico.....	52
2.3.2 O Início da <i>Common Law</i>	52
2.3.3 Da Crise à Consolidação da <i>Common Law</i>	58
2.3.4 A <i>Common Law</i> na Pós-Modernidade: Impactos e Consequências	67
3 – O SISTEMA JURÍDICO INGLÊS CONTEMPORÂNEO	69
3.1 ESTRUTURA DO JUDICIÁRIO.....	70
3.2 FONTES DO DIREITO E QUESTÕES RELACIONADAS	80
3.2.1 A Jurisprudência e a Regra do Precedente.....	81
3.2.2 O Que É e Como Funciona a Regra do Precedente no Sistema Inglês? ...	83
3.2.3 O Sistema Recursal Inglês.....	85
3.2.4 Fonte Legislativa	87
3.2.5 Outras Fontes do Direito Inglês.....	89
4 – O SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO: UMA COMPREENSÃO A PARTIR DA FAMÍLIA ROMANO-GERMÂNICA	91
4.1 O PERÍODO DO DIREITO CONSUETUDINÁRIO.....	91
4.2 O PERÍODO DO DIREITO LEGISLATIVO.....	95
4.3 A EXPANSÃO FORA DA EUROPA	99
4.4 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.....	100
4.5 A ESCOLA JUSFILOSÓFICA DO POSITIVISMO JURÍDICO E OS REFLEXOS NO SISTEMA ROMANO-GERMÂNICO	104

4.5.1	Da Superação do Pensamento Jusnaturalista à Ascensão do Positivismo Científico	106
4.5.2	Formação Histórica do Positivismo Jurídico: do Positivismo Sociológico ao Estricto Positivismo Normativista	108
4.6	PARA ENTENDER KELSEN: ASPECTOS FUNDAMENTAIS À COMPREENSÃO DA <i>TEORIA PURA DO DIREITO</i>	110
4.6.1	Compreensão Normativa do Direito: Distinção Entre o Ser e o Dever Ser ..	113
4.6.2	Estrutura da Norma Jurídica e a Sanção	114
4.6.3	Sistema Estático e Sistema Dinâmico.....	117
4.6.4	Validade e Eficácia.....	118
4.6.5	Norma Hipotética Fundamental.....	119
4.6.6	Hermenêutica Jurídica em Kelsen: a Teoria da Moldura e os Limites Decisórios do Juiz	121
4.6.7	A Questão das Lacunas e das Antinomias e os Limites Decisórios do Juiz..	123
4.7	DA TEORIA PURA DO DIREITO À TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO: UMA COMPREENSÃO DA TEORIA DAS FONTES NA MODERNIDADE	126
4.8	ESTRUTURA E COMPREENSÃO DAS FONTES DO DIREITO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO	129
4.8.1	Princípio da Legalidade e os Reflexos Hermenêuticos no Ordenamento Jurídico Brasileiro	129
4.8.2	E os Precedentes Judiciais do Código de Processo Civil de 2015?.....	136
5 –	PRECEDENTIALISMO À BRASILEIRA: AFINAL, TEMOS UM SISTEMA DE PRECEDENTES NO BRASIL?	137
5.1	UMA ANÁLISE DOS PRECEDENTES JUDICIAIS BRASILEIROS À LUZ DA <i>TEORIA PURA DO DIREITO</i>	143
5.1.1	Os Precedentes Obrigatórios Brasileiros: Um Sistema Escalonado de Normas Jurídicas?	144
5.1.2	Uma Compreensão da Validade do Precedentialismo à Brasileira a Partir do Sistema Estático e Sistema Dinâmico.....	149
5.1.3	Precedentes Judiciais Obrigatórios e a Teoria da Moldura: Quais os Limites Impostos aos Tribunais Superiores?	154
5.2	DO (NEO)CONSTITUCIONALISMO AO ATIVISMO JUDICIAL: POSITIVISMO, PÓS POSITIVISMO OU NEOPOSITIVISMO?	155
5.3	O MITO DO PRECEDENTIALISMO BRASILEIRO: A INEXISTÊNCIA DE UM PROCESSO DIALÓGICO	170
5.4	O RECOMEÇO DA HISTÓRIA: CAMINHOS PARA A EFETIVAÇÃO DE UM SISTEMA DE PRECEDENTES NO BRASIL	178
5.4.1	Pela Manutenção do Estado Democrático de Direito: Uma Necessária Reestruturação do Poder Judiciário Brasileiro a Partir da Experiência da Reforma Constitucional Inglesa	180
5.4.2	Tribunais de Vértice ou Cortes de Precedente? Em Busca da Unidade Decisória dos Tribunais Superiores, a Partir da Experiência da Superação dos Assentos Portugueses.....	186
	CONCLUSÃO	195
	REFERÊNCIAS	199
	ÍNDICE REMISSIVO	207